

CAMPONESES NA LUTA PELA MANUTENÇÃO DE SUAS EXISTÊNCIAS

Cristiany Barbosa Ferreira Resende

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8099-2606>

Universidade Federal de Catalão, Doutorado em Geografia
Catalão/Goiás - Brasil
cristianybf@gmail.com

Alex Lourenço dos Santos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6274-3091>

Universidade Federal de Catalão, Doutorado em Geografia
Catalão/GO - Brasil
alex.santos@educa.go.gov.br

Leonoura Katarina Santos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5871-7491>

Universidade Federal de Catalão, Doutorado em Geografia
Catalão/GO - Brasil
leonourakatarina@hotmail.com

José Henrique Rodrigues Stacciarini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4733-0309>

Universidade Federal de Catalão, Professor efetivo no Instituto de Geografia,
Catalão/GO - Brasil
Jose.stacciarini@ufcat.edu.br

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 04/05/2026

Resumo: Este artigo aborda a feira livre como um dos meios de manutenção da existência dos camponeses. O texto traz reflexões sobre as mudanças no modo de produção da agricultura após a Revolução Verde e a modernização que ocorreu, e ainda ocorre, de forma conservadora, resultando na exclusão de parte da população do campo: os camponeses. Dessa forma, esses atores sociais buscam maneiras de permanecer em suas terras e de manter sua forma de produção e sua relação com a terra, repassada de geração em geração. Uma dessas formas é a participação em feiras livres, onde levam sua produção e asseguram para suas famílias uma renda que complementa, principalmente, as necessidades externas do grupo familiar. Este artigo resulta da dissertação de mestrado defendida no ano de 2020, na então Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão, que teve como metodologia a pesquisa documental, teórica e de campo, realizada na feira livre da Praça Duque de Caxias, no município de Catalão.

Palavras-chave: Modernização. Reprodução social. Camponeses.

PEASANTS STRUGGLING TO MAINTAIN THEIR LIVELIHOODS

Abstract: This article addresses the open-air market as one of the means of maintaining the existence of peasants. The text reflects on the changes in the mode of agricultural production after the Green Revolution and the modernization that occurred, and still occurs, in a conservative way, resulting in the exclusion of part of the rural population: the peasants. Therefore, these social actors seek ways to remain on their land and maintain their form of production and their relationship with the land, passed down from generation to generation. One of these ways is participation in open-air markets, where they bring their produce and ensure an income for their families that mainly supplements the external needs of the family group. This article is based on a master's thesis defended in 2020 at the then Federal University of Goiás-Regional Catalão, which used documentary, theoretical, and field research methodology, carried out at the open-air market in Duque de Caxias square, in the city of Catalão.

Keywords: Modernization. Social reproduction. Peasants.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que os meios de produção nas áreas rurais do Brasil passaram por muitas mudanças nas últimas décadas, principalmente após a Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, que propiciou uma modernização de caráter conservador e excludente. Dessa forma, o que se observa em território brasileiro, em diferentes períodos, é a modernização dos maquinários, bem como a adequação e o desenvolvimento de novas formas de cultivo, nas quais o ser humano assume o papel de modificador de condições que, outrora, apenas a natureza poderia proporcionar.

Entre esses avanços, destacam-se a modificação de sementes, o uso de agrotóxicos (defensivos agrícolas) que permitem o controle de pragas nas plantações, a adubação, a irrigação, entre outros. Todos esses fatores possibilitam que as monoculturas sejam cultivadas de maneira mais eficiente e que o manejo das condições dessas culturas se torne mais controlável.

Por outro lado, existe uma parcela da população que se vê excluída desse processo e, por diversas vezes, é expulsa de seu modo de vida. É o caso do camponês, que produz e se reproduz socialmente por meio de formas ancestrais de cultivo da terra, em um ritmo mais lento se comparado ao tempo da monocultura.

Esses sujeitos buscam se adaptar ao novo, ao moderno, da melhor forma que encontram. Contudo, enfrentam intensas lutas pela sobrevivência, pois trata-se de preservar aquilo que lhes foi transmitido de geração em geração, a sabedoria dos

cultivos, o manejo da terra, a vida e a produção baseadas no trabalho familiar.

Diante disso, esse artigo traz uma subseção que foi desenvolvida na Dissertação de Mestrado denominada “FAZENDO FEIRAS E TECENDO ESTÓRIAS DE VIDA: feira livre e reprodução camponesa na Praça Duque de Caxias em Catalão (GO)”, no qual se faz análises sobre o campesinato sua produção e a forma que passou por mudanças nas últimas décadas, as mudanças produtivas no âmbito rural, principalmente a partir das Modernizações no campo, e de que forma a feira livre pode significar para os camponeses uma forma de reprodução social, na qual, a possibilidade de escoamento da produção familiar pode fortalecer a renda desses atores sociais, dando oportunidade da realização da manutenção de seu modo de vida e de sua relação com a terra.

DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista que os processos de modernização da agricultura ocorreram e ocorrem por todo o Brasil, e, conseqüentemente, no território goiano, sabe-se que as transformações resultantes deste processo são significativas para os camponeses e *trabalhadores da terra*, pois, a partir de então a produção, as relações de trabalho, as ocupações/atividades laborais e demais aspectos de suas vidas foram, parcialmente modificadas, ocorrendo uma reconfiguração socioespacial do território goiano, das estruturas materiais e das estruturas imateriais (Pelá; Mendonça, 2010). Dentro da lógica da modernização da agricultura, a face mais intensa da modernização recente, desenvolvida pelo capitalismo no Brasil e, especificamente, no Cerrado goiano, grande parte da população do campo foi excluída desse processo por diversas razões. Muitos não conseguiram permanecer em suas terras, seja porque foram tomadas pelas monoculturas, seja por não se adequarem ao modelo empresarial de produção (Mesquita; Mendonça, 2016).

Diante da exclusão dos camponeses do processo de territorialização das empresas capitalistas, através da modernização conservadora, estes, em sua maioria, foram expulsos de suas terras e empurrados para as periferias urbanas e/ou às áreas de fronteira em expansão. Porém, juntamente com esse movimento de desterritorialização ocorreram muitas formas de fortalecimento para que continuem

lutando pela reforma agrária e pelo acesso à terra ou para que permanecessem nas mesmas, organizando-se através de movimentos sociais, formando as *(Re)Existências*. Essas *(Re)Existências* podem ser conceituadas como:

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizando ou poder criar novas raízes e mescla-las com as já existentes, formatando especialidades como condição para continuar (Pelá; Mendonça, 2010, p. 54).

Portanto, a luta é uma constante na vida dos camponeses e trabalhadores da terra, que, por diversas vezes, precisam criar novas formas de inserção na sociedade para continuarem existindo. Neves (2008) argumenta que a luta pela valorização dos camponeses na sociedade ocorre de diferentes maneiras, muitas das quais não são visíveis ou reconhecidas socialmente. Formular novos projetos de vida em condições adversas, a fim de garantir a reprodução familiar e promover a integração com a sociedade, constitui a realidade de muitas famílias camponesas. Como parte de suas buscas por continuar existindo socialmente, os camponeses criam estratégias para auferir renda. Nessa perspectiva, Rosa (2015, p. 6) argumenta que:

Ao diversificarem (produção agrícola e não agrícola) suas fontes de rendimento as famílias camponesas criam a capacidade de se desvencilharem das amarras colocadas pelo capital e negam um dos pilares do modelo capitalista de agricultura que é a especialização (monocultura). Ao produzir diferentes produtos, os camponeses conseguem fugir da oligopolização do capital, que têm como característica centrar a extração da renda em apenas um produto. A estratégia de disponibilizar diferentes produtos, como milho, cana, feijão, arroz, hortaliças, pequenos animais (frango, suínos etc.), leite, queijo, requeijão, etc., faz com que os camponeses sempre tenham algum produto para garantir sua renda (Rosa, 2015, p. 6).

Muitos desses camponeses criam ainda diversificadas formas de produção, como a produção de alimentos orgânicos, sem o uso de agrotóxicos. Rosa (2015) aponta que para ser possível algumas produções, principalmente sem agrotóxicos, alguns camponeses recorrem a programas governamentais, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), produção esta que tem sido direcionada para os mercados institucionais, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde a produção camponesa é comprada e direcionada para a alimentação nas escolas e instituições similares.

Além disso, tem-se o Programa de Aquisição Alimentar (PAA), em que as famílias camponesas podem comercializar sementes crioulas¹ com o objetivo de multiplicá-las em outras Comunidades Camponesas para que possa ser assegurada certa autonomia e soberania alimentar.

Exemplificando a relevância da agroecologia e da valorização das sementes crioulas, na cidade de Catalão, projetos foram e são desenvolvidos, como o exemplo, o projeto desenvolvido no ano de 2005 pelo Prof.º Dr.º Marcelo Rodrigues Mendonça, projeto denominado *Extensão Resgate, Conservação e Produção de Sementes Crioulas nas Comunidades Rurais*, onde foi implantado um banco de sementes crioulas na Comunidade São Domingos, no município de Catalão (GO), estas sementes foram sendo resgatadas, selecionadas e armazenadas, ficando a disposição dos camponeses (Ribeiro *et. Al.* 2012). Este projeto foi finalizado no ano de 2009.

Logo Ribeiro coloca que:

em 2011 ocorreu a Feira e Festa de Sementes, Mudas e Raças Crioulas em Defesa da Biodiversidade, na Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, através da iniciativa do Movimento Camponês Popular (MCP), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O Evento estimulou e fortaleceu o trabalho com as sementes crioulas e com a Agroecologia junto às famílias camponesas não somente do município de Catalão (GO), mas de todo o Brasil, tendo também colaboradores de países africanos (Moçambique e África do Sul) e organizações camponesas da América Latina através de intercâmbio de experiências (Ribeiro *et. Al.* 2012, p. 7).

É importante evidenciar a relevância desses projetos e como eles são capazes de dar visibilidade aos camponeses, impulsionando sua sociabilidade e fortalecendo sua autonomia. Isso demonstra que o modo de cultivo e a cultura camponesa envolvem saberes, sentidos e conhecimentos, resultantes da relação direta com a terra.

Esses projetos configuram-se como formas de incentivo e alternativas para a comercialização dos produtos camponeses, além de representarem uma maneira de

¹ A semente crioula é aquela cujo germoplasma vem sendo multiplicado por agricultores através do tempo. As sementes crioulas não tiveram sua estrutura genética modificada pela indústria, em um processo de melhoramento genético. Além disso, as sementes crioulas são fundamento e produto de culturas e sociedade através da história, nelas se incorporam valores, afetos, visões, mitos e formas de vida que ligam ao âmbito do sagrado, consistindo em um meio de sustento e soberania das comunidades Camponesas e dos povos, garantindo a construção histórica e cultural. (RIBEIRO *et al.*, 2012, p. 3)

produzir alimentos saudáveis para a população urbana. Para além dessas estratégias adotadas pelos camponeses, existem outras — diversas e cotidianas — muitas vezes imperceptíveis à sociedade, uma vez que o campesinato no Brasil precisou se reinventar continuamente para sobreviver aos condicionantes sócio-históricos impostos pelo sistema capitalista de produção.

Diante dessa luta e ação política permanente, os camponeses desenvolvem uma identidade social de classe, marcada pelo interesse em produzir e viver da terra. Assim, Carvalho (2012, p. 30) coloca que:

[...] é a resistência social camponesa à pressão exercida pela expansão capitalista e às opressões daí derivadas que propiciam aos próprios camponeses, nessa prática social plena de contradições, não apenas o crescimento de sua consciência política, mas também a experiência da luta social em defesa de seus interesses.

Sobre a pressão exercida pelo capital sobre o campesinato, nota-se que os meios de produção e as relações de trabalho dos capitalistas e dos camponeses diferenciam-se significativamente. No capitalismo, o único resultado esperado é o lucro, uma vez que se controla integralmente as condições de sua geração. Para os camponeses, o lucro também é relevante, como aponta Carvalho (2012, p. 131), mas a centralidade está nas condições de reprodução da existência. Assim;

[...] não se exclui o lucro da realidade camponesa. Longe disso. A hipótese é que, nessa realidade as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro: se forem atendidas, mesmo que expectativas de lucro se frustrem reiteradamente, a unidade produtiva camponesa continua em funcionamento e muito provavelmente não alterará, “só” por isso, sua rotina. Do mesmo modo, não se exclui a busca da formação de elementos de capital - a acumulação de meios de produção - como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução (Carvalho, 2012, p.13).

Dessa forma, os camponeses também obtêm lucro, mas não se centram nele, pois, diferentemente de uma unidade capitalista, o lucro é voltado para as necessidades da unidade familiar e para sua reprodução. Destaca-se que, em sua unidade produtiva, os camponeses se inserem em uma fusão entre as esferas de produção e consumo, realizando suas atividades dentro da realidade social do capitalismo. Assim, eles produzem de acordo com a capacidade de trabalho da família, e a rotina

de trabalho familiar determina um padrão de consumo. Esse processo constitui sua reprodução social, pois atende às necessidades inerentes à manutenção do grupo familiar (Carvalho, 2012).

O consumo da família camponesa pode advir de fatores internos ou externos, pois, podem ser adquiridas no cotidiano de sociabilização com a família através de parentes, vizinhança, entre outros, onde eles consomem bens necessários e indispensáveis à reprodução da família. Já acerca dos fatores externos, Carvalho (2012) coloca que são constituídos pela “moda” de consumo de bens e serviços induzida pelos meios de comunicação de massa e valores consumistas dominantes. Esses fatores estão presentes na vida dos camponeses. Ao se analisar os fatores externos, percebe-se que eles estão inseridos no consumo capitalista, utilizando-se, de forma legítima, da produção social de equipamentos, maquinários e outros objetos, como televisores, telefones celulares, automóveis, entre outros. Nesse rol de consumo, também se incluem parte dos alimentos consumidos, oriundos das grandes redes corporativas e disponíveis nos supermercados das cidades.

Destarte, os camponeses necessitam do trabalho dos componentes do núcleo familiar para adquirir os bens que se tornam necessários. Este trabalho acontece através da interação com a natureza a partir dos saberes culturais e criações, de seus hábitos, mas também a partir das relações existentes entre eles e a sociedade local/comunitária ou global, onde, por diversas vezes, lançam mão de tecnologias oriundas dos grupos econômicos hegemônicos. Esta última, por sua vez, tem força suficiente para pressionar os camponeses ao uso de insumos agrícolas, como os agrotóxicos, através de sua organização com o Estado.

Para assegurar suas Existências os camponeses acatam várias imposições por parte do grande capital. Os elementos da modernização são realidade para muitos deles, esta que adentrou suas vidas, principalmente em seu consumo, pois eles necessitam de quantidades maiores de insumos, para além da quantidade que produzem para viver, por isso suas rotinas de trabalho também são alteradas. Essas mudanças, dramáticas, são formas também de lutar por suas Existências, lutar para viver, *(Re)Existir* socialmente e se reproduzir.

Por isso:

para que os camponeses se reproduzam socialmente com qualidade de vida e de trabalho sempre melhores e crescentes [...] com menor transferência do sobretabalho familiar nas relações de trocas comerciais, seria necessário, mas não suficiente, que essas famílias readquirissem novas esperanças e vislumbrassem uma nova utopia. Seria fundamental, então, que a reafirmação da identidade social camponesa (e a do extrativista e a dos povos indígenas) fosse revivificada não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação do modelo econômico e social vigente [...] (Martins, 1973, p. 28-29).

Martins (1973) argumenta que os camponeses necessitaram encontrar formas de fortalecimento e de criação de novas identidades, formando resistências, para não serem excluídos socialmente dentro do sistema capitalista que é o modelo econômico social vigente. É nesse sentido que esta pesquisa acredita que as feiras livres, bem como a feira livre que acontece na Praça Duque de Caxias/Catalão, representam uma forma para que esses camponeses se fortalecerem, uma vez que através da comercialização de sua produção, resultado do seu trabalho, podem se reproduzir socialmente.

E essa forma de manutenção de existência destaca-se quando se analisa o crescimento do agronegócio e a necessidade capitalista de produtividade que foi incorporada no campo. Assim, alguns autores apontam para o desaparecimento do campesinato na sociedade atual ou em um futuro muito próximo. O autor Felício (2006) aponta que Abramovay (1992), por exemplo, coloca como certo o desaparecimento dos camponeses, na afirmativa de que a tendência seria a integração total deles ao mercado para poder racionalizar ao máximo sua produção, tornando-se agricultores familiares.

Da mesma forma:

a resposta marxista clássica enunciava que a concorrência com a grande agricultura destruiria inexoravelmente a produção camponesa, em parte porque se tinham como certos ganhos de escala na assimilação de insumos industriais, em parte porque se entendia que o que havia de específico na racionalidade camponesa bloquearia a sua capacidade de se modernizar para o pesado combate com a concorrência (Costa; Carvalho, 2016, p. 25).

Porém, tais previsões de desaparecimento dos camponeses podem se dissipar uma vez que os camponeses são atores sociais que possuem longa trajetória de luta pela terra e pela reforma agrária, demonstrando que são capazes de resistir às intempéries que surgem em seu caminho, mesmo sendo desvalorizados pelas

políticas públicas e bombardeados pelas intenções do capital. Na refutação de seu papel na sociedade e nas tentativas de substituição até mesmo de seu conceito, eles reconhecem os obstáculos e os superam. Neves (2008, p. 15) ao discorrer sobre camponeses no Brasil, destaca que:

tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial, integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, se apresentam como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Afirma-se, portanto, que estes atores sociais estiveram no passado, permanecem no presente e são parte da construção da sociedade, ainda que, por vezes sejam negligenciados em prol dos históricos e atuais avanços das grandes produções. Neves (2008, p. 15) destaca ainda que a luta pela valorização dos camponeses na sociedade ocorre de diversas formas, muitas delas são pouco visíveis pela sociedade, nesse sentido argumenta que:

[...] ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam. (Neves, 2008, p. 15)

A realidade presenciada em diversos lugares do Brasil, Goiás e na cidade de Catalão levam à confirmação dessa capacidade de reformulação e das diversas estratégias adotadas pelos camponeses para se reproduzirem socialmente. Diante disto, é lançada a assertiva de que as feiras livres fazem parte dessas estratégias na busca da reprodução social do campesinato.

Essa luta pela terra e pelo direito de produzir perpassa décadas, contudo, a sonhada reforma agrária nunca aconteceu para que as questões agrárias pudessem ser amenizadas no país. A respeito da questão agrária, a entendemos como:

o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra [...] é possível afirmar que o desenvolvimento do país está entravado por uma “questão agrária” quando a tessitura das relações econômicas, sociais, políticas e culturais no meio rural, produz uma dinâmica perversa [...] (Mendonça S., 2010, p. 78).

Além disso, outros foram os obstáculos para seu acontecimento, um deles foi a própria modernização agrícola que ocorreu no país (1960-70) que derrubou qualquer proposta que pudesse viabilizar a reforma agrária, uma vez que se pretendia o desenvolvimento a partir do capitalismo no campo, para tanto, mantiveram a estrutura fundiária (Mendonça S., 2010).

Sabendo das discrepâncias ocorridas, apoiadas e fortalecidas pelo Estado em benefício do capital na forma do agronegócio, bem como em todo detrimento gerado aos camponeses e *trabalhadores da terra*² durante toda a história agrária do país, tendo continuidade e agravamentos no período atual, os camponeses necessitam de formas que reforcem a relevância da terra para sua produção, para seu viver e Existir, criando e se recriando constantemente como uma forma de contestar toda uma lógica capitalista hegemônica estabelecida no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa realiza ponderações sobre as modernizações do campo ocorridas principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, que transformaram o território brasileiro, incluindo o Cerrado goiano, alterando o modo de produção de policulturas

² *Trabalhadores da terra*: Para Mendonça (2004, p. 29), “[...] são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital”.

para extensas áreas de monoculturas, resultando na construção de novas relações sociais. Essas mudanças decorreram da introdução de inovações técnicas e tecnológicas em prol do capitalismo, com apoio do Estado.

Nesse contexto, a mecanização passou a substituir o trabalho humano em diversos processos agrícolas, e o uso de insumos químicos, muitos deles tóxicos ao meio ambiente e à saúde humana, tornou-se comum no controle de espécies consideradas indesejáveis pelo agronegócio, aumentando a velocidade de crescimento da produção.

Esse período de transformações produtivas provocou profundas mudanças espaciais, impactando significativamente a vida dos camponeses, cujo modo de vida sempre esteve fortemente vinculado à terra. Quanto mais o agronegócio territorializa e se apropria da terra e da água, mais os camponeses perdem território, sendo expulsos do campo para as cidades ou forçados pelas empresas rurais a se transferirem para parcelas menores ou de menor qualidade.

Dentro desse contexto, os camponeses buscam diversas formas de continuar existindo. Em muitas dessas tentativas, eles acabam por adentrar novas realidades que, sob pressão do capital, se tornam necessárias. Muitos, por exemplo, ingressam no mercado de trabalho nas cidades em serviços variados ou produzem mais do que seria consumido pela família para fins de comercialização, entre outras estratégias de luta diária.

Compreendendo sua capacidade de adaptação, os camponeses analisam as situações, planejam e implementam formas de articulação para manter seu vínculo principal, que ocorre com a terra. Além disso, fazem uso de tecnologias e equipamentos contemporâneos, como celulares, televisores e meios de transporte modernos. Eles buscam atender suas necessidades imediatas, mas também visam suprir as necessidades do grupo doméstico e das futuras gerações, adotando estratégias que garantam sua reprodução social.

No âmbito de uma estratégia voltada à reprodução social, destaca-se a participação dos camponeses nas feiras livres, onde levam seus produtos para comercialização, garantindo uma renda que normalmente atende às demandas externas da família. Por meio dessa renda, eles podem consumir aquilo que não produzem diretamente. Assim, a presença dos camponeses nas feiras livres representa uma forma de

(Re)Existência e fortalecimento, evidenciando sua capacidade de superar as imposições do capitalismo. Ao mesmo tempo, mantém-se o vínculo com o trabalho na terra, que continua sendo parte central de sua condição de vida, mesmo quando suas atividades dialogam com a globalização e sua reprodução social se dá também para a manutenção do núcleo familiar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento a duas instituições de fomento que foram fundamentais em minha trajetória acadêmica e na realização desta pesquisa. À CAPES, sou profundamente grata pelo apoio financeiro por meio da concessão de bolsa no período de 2018 a 2020, que viabilizou meu Mestrado e contribuiu diretamente para este artigo. Ao CNPq, agradeço pela confiança e pelo apoio contínuo neste momento do Doutorado, tornando possível dar seguimento à produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, PR, 2012. Disponível no site: <http://www.mcpbrasil.org.br>. Acesso em 21 abr. 2012.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In.: STEDILE, João Pedro. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2016.

FELICIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agronegócio e as (Re) Existências dos povos Cerradeiros. **Terra livre**, São Paulo – SP, ano 26, v. 1, n. 34. p. 189-202. Jan.-jun., 2010.

MENDONÇA, Marcelo R.; PELÁ, Marcia. O cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011-Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-18.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, A CLASSE DOMINANTE AGRÁRIA: natureza e comportamento, 1964-1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Natália Lucas; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As expressões da (RE)Existência camponesa nos espaços hegemonizados do Sudeste goiano. **Geosaberes**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 6, p. 599 - 608, fevereiro, 2016. Edição especial.

NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Coleção história social do campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP. v. 2, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro, movimentos sociais, conflitos e Reforma agrária**. Estudos avançados, v. 15, n. 43, 2001.

RIBEIRO, Marina Pires, *et. Al.* AGRICULTURA CAMPONESA E AGROECOLOGIA: relato de experiência da feira e festa de sementes, mudas e raças crioulas em defesa da biodiversidade. **XXI Encontro de Geografia Agrária “territórios em disputa, os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012. ISSN 1983-487X.

ROSA, Marcelo do Nascimento, *et. Al.* AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: uma leitura a partir da Comunidade Ribeirão município de Catalão/GO/Brasil. Observatório geográfico da América Latina. **XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) “por uma América Latina unida e sustentável”**, Cuba, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericatlatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/07.pdf>. Acesso em: 12/10/2025.

Cristiany Barbosa Ferreira Resende

Minha trajetória na Geografia teve início na Universidade Federal de Catalão, no ano de 2012, onde me formei bacharel e anos depois licenciada. Na sequência, dei continuidade à minha formação no Mestrado, 2018-2020, pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, na linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”,

etapa que contribuiu significativamente para o aprofundamento das minhas reflexões acadêmicas. Atualmente, sou doutoranda no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão, onde desenvolvo pesquisas voltadas às dinâmicas dos espaços rural e urbano, com foco na feira livre da praça Duque de Caxias em Catalão Goiás, buscando compreender suas espacialidades e o espaço vivido.

Alex Lourenço dos Santos

Possui graduação Licenciatura Plena em Geografia pela UFG/Regional Catalão. 2ª Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Intervale. Pós-graduação Lato-sensu em Educação Infantil com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade Futura e Mestrado Acadêmico em Geografia pelo PPGGC da UFG/Regional Catalão. Atualmente é professor efetivo na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e no Colégio Objetivo no município de Fronteira. Doutorando do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão

Leonoura Katarina Santos

Graduada em Licenciatura plena em Geografia. Bacharelada em Geografia. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - Regional Catalão/UFG. Professora da rede Estadual de Ensino. Doutoranda em Geografia no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão.

José Henrique Rodrigues Stacciarini

Professor Titular da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Ministra aulas no Departamento de Geografia - Graduação e Pós-Graduação. Possui Graduação em Geografia/Licenciatura (1985), Graduação em Geografia/Bacharelado (1989) e Graduação em Educação Física (1993), todos pela Universidade Federal de Goiás, Mestrado em Geografia (1998) pela UNESP/Universidade Estadual Paulista, Campus Júlio de Mesquita Filho da cidade de Presidente Prudente/SP e Doutorado em Geografia (2002) na mesma Universidade. Como Professor e Pesquisador, atua principalmente nos temas Cidadania, População, Qualidade de vida, Fome, Goiás, Brasil, entre outros.